Vocação para vencer desafios

Com fama de gestor ousado e empreendedor, desembargador Zveiter planeja grandes mudanças no TRE-RJ



Desembargador Luiz Zveiter

Advogados e servidores que frequentam as sessões plenárias do TRE-RJ já se deram conta de que o Tribunal ganhou outra velocidade. O ritmo nos julgamentos processuais, porém, não será a única mudança nem a mais veloz. Na Presidência da Corte desde 21 de março, o desembargador Luiz Zveiter promete pisar no acelerador para transformar o Tribunal, na infraestrutura e também na cultura institucional. Nestes dois anos de mandato, ele quer ver um TRE-RJ mais próximo do cidadão, em especial dos jovens eleitores. Promete uma estrutura que dê condições mais dignas de trabalho aos servidores, mas os quer comprometidos com as metas de excelência da sua gestão. O desembargador pretende, ainda, repetir no TRE-RJ as administrações bem-sucedidas à frente da Corregedoria e da Presidência do TJRJ, quando elevou as duas instituições ao patamar de melhores do país. Para quem duvida que tudo isso possa acontecer em dois anos, é bom lembrar que fazer mais do que parece possível é justamente a definição de ousadia, um atributo que todos reconhecem nas gestões do desembargador Zveiter.

O senhor vai comandar as eleições municipais no Rio de Janeiro no próximo ano, quando será novamente decisivo o desempenho dos cartórios eleitorais. O senhor pretende conhecer pessoalmente a realidade dos cartórios, inclusive os do interior?

Durante reuniões realizadas com os chefes de cartório pude ter uma primeira impressão sobre as dificuldades que eles enfrentam no seu dia a dia e, especialmente, durante o período eleitoral. Recebi algumas sugestões e já estou procurando implementá-las. Enviei um grupo de servidores para visitar o TRE do Paraná, que tem um modelo de gestão em todas as áreas. Nele vamos nos inspirar para que possamos melhorar as condições de trabalho e o desempenho. Além disso, trouxe comigo juízes auxiliares experientes, que já estão fazendo um levantamento geral, para que possamos priorizar as melhorias por área. Quanto às próximas eleições, a minha primeira meta é identificar

locais que possam ser utilizados como Polos e que tenham condições de trabalho dignas. Iremos, em seguida, fazer uma avaliação das necessidades de cada zona eleitoral, do número de pessoas que irão trabalhar, bem como da infraestrutura e logística necessárias, para evitar os problemas ocorridos em eleições anteriores. Precisamos mudar a cultura de que o TRE só trabalha no período eleitoral.

Essa comitiva enviada ao Paraná entre nos 13 e 14 de abril foi composta por representantes de secretarias e setores estratégicos do TRE-RJ. Que resultados o senhor espera?

Recebi a sugestão do presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowisk, para quem o TRE-PR é um modelo de gestão. Tenho a convicção de que, com seriedade, podemos alcançar avanços significativos também no Rio de Janeiro. Todos voltaram bastante impressionados com as ações de sucesso desenvolvidas pela Justiça Eleitoral do Paraná. Nossos servidores visitaram uma Central de Atendimento ao Eleitor, onde acompanharam o processo de cadastramento que vai permitir a 100% do eleitorado de Curitiba votar em urnas com identificação biométrica. Também conheceram o Fórum Eleitoral de Colombo e puderam avaliar as instalações do local. Pudemos contar com a gentileza e o apoio do presidente do TRE-PR, desembargador Irajá Prestes Mattar, e do diretor geral, Ivan Gradowski, que receberam nossos servidores e programaram palestras sobre segurança, construção de fóruns, planejamento de eleições e o funcionamento do processo administrativo digital (PAD). É preciso conhecer e estudar essas ações que nos servam de referência e nos auxiliam a enxergar as decisões a tomar. Neste sentido, a iniciativa foi bastante produtiva.

“A ousadia faz parte da minha vida... Aqui no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro certamente não será diferente, porque confio na qualificação dos servidores e sei do afeto que eles têm pelo Tribunal.”

As suas gestões na Corregedoria e na Presidência do TJRJ consolidaram uma imagem de gestor moderno, atento às inovações tecnológicas e de estilo empreendedor. Como o senhor definiria seus princípios e metas de gestão?

Metas não se realizam por si só. Dependem de um processo diário de gestão e envolvem comparação, avaliação, acompanhamento, reavaliação, correção de rumos e, sobretudo, determinação. Nós somos o principal agente da ação, mas nada pode ser feito se não houver investimento na valorização dos servidores, para obtermos comprometimento com as metas traçadas. Para isto, é necessário que a Presidência faça parte ativa deste grande mutirão gestor, identificando as necessidades e viabilizando soluções para supri-las. Mas ressalto que o engajamento de todos é a pedra de toque de uma grande administração.

Em entrevistas à imprensa, o senhor opinou que o TRE-RJ passará a dar um peso maior às ações de cidadania, em especial na prestação dos serviços eleitorais a comunidades carentes. Esta é uma preocupação importante da sua gestão?

A redução da participação política dos jovens é um dado conhecido e retrata a desesperança. Com tanta decepção, cabe melhorar o conceito de política, de forma que seja assegurada a nossa democracia tão duramente conquistada. Vamos tentar estimular a participação dos jovens através de investimentos em palestras educativas. A Escola Judiciária Eleitoral, hoje sob a responsabilidade da juíza Ana Tereza Basilio, já iniciou o projeto que denominamos TRE vai à escola. Vamos com nossos juízes ao encontro direto com os estudantes nas escolas públicas e privadas, com o objetivo de conscientizar para a cidadania, mostrar a importância da participação ativa de todos para evitar a apatia política. Vamos oferecer conhecimentos sobre a realidade do País - sua história, seus problemas e suas potencialidades. Quanto ao projeto Justiça Itinerante, vamos reativá-lo, sobretudo em comunidades onde foram implantadas as UPPs. Queremos suprir a necessidade de atendimento aos eleitores em locais distantes. Com este projeto, o TRE-RJ poderá cumprir melhor a sua missão de garantir a todos os eleitores do Estado condições confortáveis de exercerem seu direito de cidadania.

“Metas não se realizam por si só. Nada pode ser feito se não houver um investimento na valorização dos servidores. O engajamento de todos é a pedra de toque de uma grande administração. ”

O senhor diz que pretende terminar o mandato à frente do melhor tribunal eleitoral do país. Esta meta não seria demasiadamente ousada?

A ousadia faz parte da minha vida. Quando assumi a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro me perguntaram a mesma coisa e consegui transformá-la na melhor Corregedoria do país, tendo implantado vários projetos que deram certo e funcionam até hoje. Depois veio a Presidência do Tribunal de Justiça e a pergunta foi a mesma. Respondemos com trabalho e, em dois anos, o TJRJ passou a ser considerado o melhor tribunal do país, com infraestrutura renovada e também várias conquistas obtidas para os magistrados e servidores. Lógico, não fiz nada sozinho. Tive o apoio dos magistrados e dos servidores que foram a mola mestra para que conseguíssemos alcançar a excelência do Tribunal de Justiça. Aqui no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro certamente não será diferente, porque confio na qualificação dos servidores e sei do afeto que eles têm pelo Tribunal. Com a participação de todos, alcançaremos nossas metas, para satisfação de nós mesmos e da população do Rio de Janeiro.

“Vamos tentar estimular a participação dos jovens através de investimentos em palestras educativas... Vamos com nossos juízes ao encontro direto dos estudantes nas escolas públicas e privadas, com o objetivo de conscientizar para a cidadania.”

Em sintonia com as metas do CNJ



O juiz Carlos Eduardo Figueiredo: "Planejar, informar e julgar são os três pilares das metas do CNJ"

Designado como gestor das metas do CNJ em março, o juiz Carlos Eduardo Carvalho de Figueiredo tem a tarefa de acompanhar o cumprimento das cinco metas nacionais de 2011 para a Justiça Eleitoral. Membro substituto do Plenário, ele está confiante que o TRE-RJ possa alcançá-las integralmente. "A maioria já estava em andamento e temos um corpo de servidores com qualidade técnica e força de vontade", diz Figueiredo, que já exerceu a função de juiz eleitoral nas 66ª e 103ª ZEs, no município de Duque de Caxias.

Considerada uma das metas mais importantes, a da prestação jurisdicional seria um exemplo. Nos quatro primeiros meses, a Corte conseguiu julgar quantidade igual a de processos distribuídos em 2011, além de parcela do estoque, os processos de anos anteriores que ainda aguardam sentença. "A meta está sendo cumprida com êxito", diz o magistrado. Também parece não haver dificuldades para criar uma unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica. "Já contamos com um Escritório Corporativo de Projetos", diz Carlos Eduardo Figueiredo.

Também de abrangência a todo o Poder Judiciário, com exceção do STF, uma terceira meta será suprida com a implantação do projeto TRE Vai à Escola, idealizado pela Escola Judiciária Eleitoral. "Com magistrados promovendo palestras de conscientização à população em comunidades e escolas, iremos conseguir esclarecer o público sobre as funções, atividades e órgãos desta Justiça especializada", explica o magistrado, entusiasta do projeto.

O juiz revelou que ele e a assessora de planejamento da Diretoria-Geral, Soraya Previtali, estão focados nas duas metas específicas para a Justiça Eleitoral. Uma delas já prevista no Plano Estratégico 2010-2014 do TRE-RJ. A meta diz respeito à criação de um planejamento integrado das eleições e vai estipular um passo a passo do processo eleitoral. "Esse trabalho é muito importante, pois a Administração deve ter condições de caminhar por conta própria", explica Figueiredo. "Não se pode personalizar a Administração", argumenta.

Há ainda a meta de elaboração da "Carta de Serviços", que vai divulgar à sociedade quais são os serviços prestados pelo TRE-RJ, além de como acessá-los e obtê-los. O juiz Carlos Eduardo Figueiredo adotou uma orientação do TSE e sugeriu que uma equipe de trabalho fosse criada. O Ato nº. 341 foi publicado no Diário Oficial de 13/05/2011, com a designação de cinco servidores que devem completar o trabalho até novembro deste ano.

As metas instituídas pelo CNJ para o Poder Judiciário merecem elogios do juiz. "Considero positivo o setor público trabalhar como a iniciativa privada e estabelecer metas, medi-las para depois reavaliá-las", teoriza. "Muitas vezes, no decorrer do processo, percebe-se que o caminho não é o correto e mudamos, mas só assim conseguiremos chegar à excelência", conclui.